

Como alcançar o anarquismo? Conhecimento e ação na teoria e estratégia bakuninista

LUCIANA BRITO*

Resumo: Neste artigo, a crescente produção e consumo de conteúdos sobre o anarquismo nas redes oportuniza uma reflexão sobre a relação entre conhecimento e ação, ensino e experiência, subsidiada pelas elaborações teórico-políticas de Mikhail Bakunin. O anarquista russo promoveu um amplo e denso debate acerca do papel da instrução no projeto societário da burguesia e nas estratégias ao socialismo, denunciando o caráter contrarrevolucionário do doutrinamento e reivindicando a autonomia e a experiência coletiva como meios privilegiados para a emancipação econômica, política e intelectual dos povos. A retomada dessas contribuições propicia e fundamenta o debate sobre o papel dos estudos e da divulgação sobre o anarquismo nas lutas do presente.

Palavras-chave: Instrução; Ensino; Ciência; Ação coletiva; Autonomia; Doutrinamento.

How to achieve anarchism? Knowledge and action in Bakuninist theory and strategy

Abstract: In this article, the growing production and consumption of content about anarchism online provides an opportunity to reflect on the relationship between knowledge and action, teaching and experience, subsidized by the theoretical and political elaborations of Mikhail Bakunin. The Russian anarchist promoted a wide and dense debate about the role of education in the social project of the bourgeoisie and in the strategies towards socialism, denouncing the counter-revolutionary character of doctrinarism and claiming autonomy and collective experience as privileged means for the economic, political, and intellectual emancipation of the peoples. The retaking of these contributions provides and grounds for the debate on the role of studies and dissemination about anarchism in the struggles of the present.

Key words: Instruction; Teaching; Science; Collective action; Autonomy; Doctrinarism.



* LUCIANA BRITO é Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/UFSC); pesquisa sobre a relação entre educação e anarquismo; professora na rede estadual de educação de Santa Catarina.

Introdução

O dossiê *O anarquismo ao alcance de todos: Utopia, pesquisa científica e espaço virtual em tempos de pandemia* porta, em seu título, um sem-número de debates possíveis. Diante deste amplo espaço de reflexão, nos propomos a um exercício que parte do pensar sobre a comunicação científica *online* que tematiza o anarquismo para, em seguida, resgatar debates fundantes da teoria e estratégia anarquista que dialogam provocativamente com a crescente da produção e consumo de conteúdo sobre anarquismo. Para isso, alguns pressupostos devem ser enunciados.

Afastados compulsoriamente das salas de aula e auditórios em razão da pandemia global de Covid-19, muitos pesquisadores aderiram ao recurso da participação em transmissões ao vivo em plataformas de compartilhamento de vídeo (as famosas *lives*) como forma de comunicação e divulgação científica¹. Compreendemos que essas atividades carregam uma intencionalidade de socialização do conhecimento produzido pela pesquisa científica sobre o anarquismo. E, considerando essa louvável disposição, apresentamos aqui algumas saudáveis provocações para aqueles e aquelas que vêm produzindo e consumindo conteúdos *online* sobre o tema - grupo no qual a própria autora se inclui.

A primeira destas provocações convidativas ao debate parte do seguinte

¹ Aqui estamos distinguindo as noções de comunicação e divulgação científica, entendendo a primeira como atividade de veiculação de informações científicas destinadas a membros da comunidade científica, os chamados pares, e a última como a difusão de conhecimentos científicos para o público leigo. Essa diferenciação supõe não apenas públicos distintos, mas também diferentes intenções, canais e níveis de discurso.

pressuposto: a pesquisa científica que tem o anarquismo como objeto e/ou como fundamentação teórico-metodológica se identifica apenas em parte com o anarquismo. Isso porque o anarquismo não deve ser compreendido meramente como uma teoria científica. Por outro lado, não pretendemos aqui negar a existência histórica de uma teoria anarquista. Ao contrário, enfatizamos o papel das teses filosóficas, sociológicas e históricas sistematizadas na obra de militantes-intelectuais como Mikhail Bakunin e seus camaradas para a materialização, em forma de estratégia e linha política, das aspirações ideológicas que inspiraram a atividade agitativa, organizativa e propagandista dos pioneiros do anarquismo.

Deste modo, a categoria anarquismo é empregada aqui para identificar um fenômeno histórico concreto que se constitui a partir da unidade dialética entre teoria, ideologia e prática (FAU, 2009) produzidas pela ação das forças coletivas do trabalho em luta contra as forças do capital desde meados do século XIX. Tal como apresentado pela Federação Anarquista Uruguiaia (FAU) no documento *Huerta Grande* (2009), entendemos a ideologia como o conjunto de elementos não científicos, tais como objetivos, aspirações e valores, que inspiram e impulsionam a ação militante. Por sua vez, a teoria consiste na elaboração de instrumentos conceituais, a partir de métodos científicos, que permitam conhecer rigorosamente a realidade concreta sobre a qual os revolucionários pretendem intervir. A possibilidade de realização das aspirações ideológicas depende, em grande medida, do acerto das orientações dadas pela análise teórica do real e, fundamentalmente, da prática, da atividade concreta de mobilização de forças coletivas para a

efetivação dos projetos e objetivos estabelecidos.

Nesse sentido, problematizamos: é possível “alcançar” o anarquismo assistindo *lives*? Ou se faz necessário procurá-lo nos espaços e tempos em que se realiza e pode efetivamente se mostrar: o cotidiano das coletividades proletárias em luta?

O contexto de pandemia potencializou, para alguns segmentos sociais, a tendência crescente na discursividade ocidental moderna que privilegia a informação em detrimento da ação. Na modernidade, a sociedade burguesa se autorrepresenta através da “imagem de um mundo social no qual a informação (às vezes até mesmo a reflexão) prima largamente sobre a ação, ou antes, no qual a informação detém o papel que outrora cabia à ação” (MARTUCCELLI, 1999, p.161). Nesta perspectiva, os anseios de transformação social são canalizados para a esfera do pensamento, do estudo e da ciência, principalmente individuais, em detrimento da ação coletiva de classe.

A informação, a reflexão e a instrução ocupam lugar estratégico no cenário moderno, associadas à grande questão da educação que, desde o século XVIII, integra a agenda liberal e republicana como importante eixo gravitacional das apostas e anseios modernizadores e civilizatórios da burguesia ascendente. Neste contexto, triunfam os discursos que projetam a moderna sociedade burguesa como aquela que se constitui através de relações sociais pautadas em conhecimentos e informações, ápice do desenvolvimento da racionalidade humana. Esta sociedade, cada vez mais humanizada, intelectualizada e erudita, dispensaria a ação física, individual ou coletiva, para a solução de problemáticas da vida social e política.

Em última instância, a ação e, fundamentalmente, a ação disruptiva e violenta – que, em grande medida, constitui a atividade das forças coletivas no contexto de luta entre as classes – passa a ser representada como um resíduo “pré-moderno” no seio das sociedades contemporâneas (MARTUCCELLI, 1999).

Através de inúmeros mecanismos de produção e reprodução social, este ideário mistificador tende a se universalizar e se infiltrar nas mais diversas esferas da vida social, contaminando os pensamentos e atividades dos indivíduos e das coletividades das diferentes classes. A progressiva substituição da guerra aberta entre as classes por disputas veladas e predominantemente discursivas – como no âmbito dos parlamentos ou das instituições de ensino e pesquisa – é reflexo da penetração da ideologia liberal e burguesa na atividade política dos trabalhadores, movimento denunciado pelo anarquismo desde seus primórdios por implicar em retardamento e neutralização da ação consciente e independente das forças coletivas do proletariado no sentido de sua libertação.

Neste artigo, resgataremos parte das contribuições do intelectual e militante russo Mikhail Bakunin (1814-1872)² acerca da relação entre conhecimento e

² Mikhail Bakunin (1814-1876) figura como um dos principais expoentes desta corrente revolucionária do socialismo, por ter cumprido papel destacado na sistematização da teoria, programa e estratégia forjados por seu grupo político a partir das experiências pujantes da luta de classes da Europa do século XIX. Deste modo, assumimos a existência de uma relação de unidade indissociável entre o pensamento científico e estratégico de Bakunin e seus partidários e o surgimento do anarquismo enquanto fenômeno político-social.

ação. Tais reflexões, forjadas em um contexto de afirmação e consolidação do projeto de modernidade no ocidente europeu e de início de sua expansão global, seguem sendo absolutamente atuais para pensar a realidade contemporânea.

Inicialmente, apresentaremos a crítica bakunista sobre o papel social atribuído pela burguesia liberal e republicana à produção e transmissão de conhecimentos na sociedade capitalista. Em seguida, introduziremos as principais teses do autor sobre a ciência, a instrução e a ação coletiva na perspectiva do socialismo revolucionário. Por fim, tentaremos, com base neste conjunto de teses de Bakunin, esboçar algumas reflexões para pensar o anarquismo em nossos tempos. Deste modo, o presente artigo combina um trabalho de recuperação dos textos clássicos desta tradição com reflexões sobre o presente.

Apesar das limitações deste formato e das condições de trabalho da pesquisadora, compreendemos que esses esforços guardam consigo uma importância tanto teórica quanto prática, ao retomar e difundir teses pouco ou mal interpretadas da obra do principal sistematizador do anarquismo e tentar empregá-las para pensar questões teóricas e estratégicas de interesse de organizações e indivíduos relacionados, de uma forma ou de outra, à tradição anarquista.

Conhecimento, ciência e ensino na moderna sociedade burguesa

Em grande medida, a obra teórica de Bakunin se dedica a analisar criticamente as bases da organização social erigida na Europa nas primeiras décadas do século XIX, quando começa a se consolidar, em grande parte do continente, a vitória da revolução

política da burguesia liberal e republicana sobre as forças feudal-monarquistas. O advento do modo capitalista de produção e o processo de afirmação da burguesia como nova classe socialmente dominante são os pilares do que aqui denominamos como era moderna.

O russo enfatiza a existência de elementos de continuidade entre a antiguidade feudal e a modernidade capitalista, a fim de demonstrar o caráter contrarrevolucionário das chamadas revoluções burguesas. No que se refere aos interesses deste escrito, cabe apontar a relação de continuidade entre as formas de dominação e centralização socioculturais articuladas pelas classes dominantes.

Em 1830, a rica burguesia tinha definitivamente substituído a antiga nobreza no poder. Ela tendeu naturalmente a fundar uma nova aristocracia: aristocracia do capital, sem dúvida, antes de tudo; mas também aristocracia de inteligência, de bons modos e de sentimentos delicados (BAKUNIN, 2014, p. 310)

Após o sucesso da contrarrevolução burguesa, o interesse material da burguesia de limitar a esfera de ação da Igreja e instituir a si mesma como nova direção intelectual e moral de toda a sociedade inspira inúmeros movimentos de transformação social, dentre eles, no papel social das instituições de ensino.

Na tradição republicana, os privilégios oriundos do nascimento e da herança, característicos da posição social da aristocracia, passam a ser vistos como ilegítimos, enquanto os privilégios produzidos pelo mérito individual são considerados justos. Assim, o mérito, e principalmente o mérito intelectual, se torna fonte de legitimação da condição

social distintiva da burguesia em relação às massas trabalhadoras³.

Para Bakunin, as instituições de ensino modernas, principalmente as universidades europeias, prestaram à burguesia o mesmo serviço que as igrejas haviam prestado à nobreza, visto que "a universidade, essa igreja da ciência burguesa, hoje explica e legitima a exploração desse mesmo povo pelo capital burguês" (BAKUNIN, 2017a, p.29).

A ciência oficial, capitalista e estatista – principalmente a ciência política, econômica e militar, mas também a filosofia, a história e a ciência social –, calcada nas noções abstratas de ordem, progresso, nação, cidadão, vontade popular e outras, é aniquiladora da pluralidade epistemológica e promotora da episteme burguesa com status de verdade universal e absoluta. Nesse sentido, é, essencialmente, idealista e teológica. A ciência passa a ocupar o lugar da revelação divina como sinônimo de verdade universal e a educação escolar passa a cumprir a função de consolidar a ciência burguesa como detentora desta verdade (ABRUNHOSA, 2015). Além disso, a substituição do Deus cristão pela ciência no posto de centro irradiador de todo o conhecimento válido preservou, no novo regime, as práticas de

perseguição, ocultamento, negação e extermínio de fontes alternativas de conhecimento.

As teorias liberais de modernização se configuram como uma manifestação histórica particular do teologismo, a partir do qual a burguesia, como classe triunfante, assume para si a missão salvacionista de difundir seus modos pretensamente superiores de pensar, viver e organizar a vida para as classes e povos não proprietários, inferiores, incultos e incivilizados, tidos como incapazes de ser sujeitos produtores de conhecimentos rigorosos, verdadeiros e científicos, aos moldes do ideal da razão iluminista.

No advento da era moderna, o ensino cumpre um papel essencialmente instrumental e desenvolvimentista, uma vez que o objetivo educacional prioritário passa a ser a promoção e o cultivo da razão liberal iluminista em nome da consolidação e preservação da civilização burguesa.

Para a burguesia, a ideia de civilização, e mais especificamente de nação civilizada, corresponde à aspiração de um ordenamento racional da vida em sociedade, que identifica as instituições da modernidade colonial como símbolo do mais alto grau de progresso social e prosperidade.

Bakunin compreendeu que a burguesia "força todas as nações a adotar o modo burguês de produção" e que assim o fez subjugando os trabalhadores aos burgueses, o campo à cidade, os países bárbaros ou semibárbaros aos países civilizados, o Oriente ao Ocidente (BERTHIER, 2017). Esse movimento de subordinação econômica e política dos trabalhadores e povos conquistados foram acompanhados de medidas de subordinação sociocultural e ideológica.

³ Sem espaço para o adequado desenvolvimento da questão, achamos por bem apenas indicar que Bakunin não recusa por completo a noção de mérito, no sentido do reconhecimento moral e material das iniciativas individuais em favor da coletividade. Sua crítica se dirige à lógica do que hoje chamamos de meritocracia estabelecida pelo republicanismo burguês a fim de legitimar as desigualdades de condições. Com o fim do direito de herança e da propriedade privada, em um sistema social em que todos encontram condições igualitárias e livres para sua atividade social, a fórmula "a cada um conforme seu trabalho" representará a verdadeira justiça.

[...] sendo a ciência das escolas um produto do espírito burguês; os homens representantes dessa ciência tendo nascido, tendo sido educados e instruídos no meio burguês e sob a influência de seu espírito e de seus interesses exclusivos, uma tanto os outros opõem-se naturalmente à emancipação integral e real do proletariado, e todas as suas teorias econômicas, filosóficas, políticas e sociais foram sucessivamente elaboradas nesse sentido, não têm, no fundo, outra finalidade senão demonstrar a incapacidade definitiva das massas operárias, e, por consequência, a missão da burguesia, que é instruída porque é rica e pode enriquecer mais e mais porque possui a instrução, é governá-las até o final dos séculos. (BAKUNIN, 2017, p. 29)

Nosso autor desvela como tudo o que é chamado de "civilização" no mundo burguês e oficial - conservador, dogmático e autoritário, por força de sua posição- é, para os trabalhadores e povos tradicionais a "pura barbárie", a exploração do trabalho, a escravidão e o extermínio (BERTHIER, 2017).

As instituições de pesquisa e ensino na sociedade do capital são instituições de culto ao Capital e ao Estado e de excomunhão da autonomia sociocultural, política e econômica popular e proletária. Sua função é a de promover a falsificação sistemática e premeditada da ciência e envenenar intelectual e moralmente aqueles que por elas passam, formando intelectuais diplomados contaminados com um profundo desprezo pela canalha popular. E assim operam porque, no mundo burguês, a missão da ciência não é servir ao trabalho, mas dominá-lo (BAKUNIN, 2017a).

Este novo papel social da ciência e da instrução científica na sociedade

moderna acompanhou um discurso de deslegitimação crescente das práticas violentas, a despeito das inúmeras formas de violência de classe que foram, efetivamente, a base sobre a qual se ergueu o projeto moderno. Discursivamente, a burguesia triunfou por sua superioridade intelectual e moral e não, como efetivamente ocorreu, pela ação coercitiva de seu poder econômico, político e militar. A fim de garantir seu monopólio sobre a violência, essa perspectiva passa a estigmatizá-la, associando-a ao irracional, primitivo, incivilizado, algo do qual as massas trabalhadoras e povos tradicionais devem se afastar para progredir na via da civilização.

Na perspectiva liberal, a violência é remetida a um problema de socialização, sendo o sujeito violento aquele que não foi corretamente socializado (MARTUCCELLI, 1999). Na modernidade, a escola é alçada ao papel de lócus privilegiado de socialização, aqui compreendida como conjunto de processos que visam a subordinação do indivíduo e a reprodução social. Deste modo, a escolarização é chamada a moderar o comportamento dos indivíduos e, em especial, dos pertencentes às classes exploradas e oprimidas, inculcando em seus corações e mentes o respeito, a adoração e o temor pela ordem capitalista e estatista, de forma a minar as disposições individuais e coletivas para a subversão. A ciência oficial e a escola que a difunde operam como mecanismo de contrarrevolução preventiva.

Em síntese, pode-se inferir que a função geral da educação, para o ideário burguês liberal, é a de colaborar para o desenvolvimento econômico, para a modernização das relações de produção e, conseqüentemente, do conjunto das

instituições sociais. Isso ocorre pelo envenenamento dos corações e mentes dos sujeitos que passam pelos bancos escolares, pelo ocultamento sistemático da questão social e pela conveniente negação da violência, reativa e reivindicativa, como instrumento de ação proletária.

A ciência, o ensino e a questão vital da revolução

É muito interessante fundar escolas para o povo; mas é preciso perguntar-se se o homem do povo, vivendo o dia a dia e alimentando sua família com o trabalho de seus braços, ele próprio privado de instrução e lazer, e forçado a deixar-se abater e embrutecer pelo trabalho para assegurar aos seus o pão do dia seguinte, é preciso perguntar-se se existe ao menos o pensamento, o desejo e mesmo a possibilidade de enviar seus filhos à escola e sustentá-los durante todo o tempo de sua instrução. (BAKUNIN, 2017d, p. 249-250)

Bakunin enfatiza que a situação do trabalho é a principal determinante do desenvolvimento intelectual e moral da humanidade. A dedicação individual e coletiva aos estudos científicos e filosóficos e à criação e apreciação artística dependem da disponibilidade de tempo livre, privilégio do qual o proletariado não pode dispor na sociedade do capital⁴. Além do tempo

⁴ Não ignoramos que a classe trabalhadora cotidianamente consome e produz suas formas próprias de manifestações culturais e conhecimento – muitas delas assimiladas e incorporadas pelas instituições científicas e artísticas oficiais –, mas observamos que isso ocorre APESAR e não graças à sua realidade material penuriosa. Essa formulação visa enfatizar a tendência geral do modo de produção capitalista, que estabelece as relações com o trabalho e com a propriedade como condições altamente determinantes das possibilidades individuais e coletivas de consumir e produzir ciência, filosofia e arte.

de lazer, os indivíduos precisam se ver relativamente livres de preocupações com sua vida material, como a garantia de alimentação e moradia, para que possam se dedicar satisfatoriamente a essas atividades. Assim, o desenvolvimento e a possibilidade de emancipação intelectual ficam condicionados ao acesso aos meios fundamentais para a reprodução da vida e à disponibilidade de tempo livre de trabalho. Dada a organização do modo de produção capitalista, essas condições econômicas são inacessíveis à grande maioria do proletariado. Portanto, Bakunin sustenta, a solução do problema da miséria intelectual e moral das massas repousa sobre esta outra questão, a da emancipação econômica e social do trabalho.

É evidente que a questão tão importante da instrução e da educação populares depende da solução desta outra questão, bem mais difícil, que é uma reforma radical nas condições econômicas atuais das classes operárias. Restabelecei as condições do trabalho, devolvi ao trabalho tudo aquilo que, segundo a justiça, cabe ao trabalho, e, em consequência, daí ao povo a segurança, a facilidade, o lazer, e, então, acreditai-me, ele instruir-se-á (BAKUNIN, 2017d, p. 250)

Para além da crítica ao papel da educação e da ciência para o sistema teórico-político e o projeto societário da burguesia liberal, Bakunin trava debate com os socialistas partidários da instrução como via para a emancipação da classe trabalhadora.

Bakunin caracteriza como doutrinarismo socialista as posições daqueles que defendem que a instrução e a elevação intelectual e moral das massas são uma condição para que seja possível colocar em marcha um

processo revolucionário e, portanto, que o estudo científico sistemático deve anteceder a atividade prática de transformação social.

O doutrinário socialista tende a considerar o estudo das ciências humanas e sociais (em especial, a história, a economia, a ciência política e a sociologia) e dos princípios e conceitos socialistas como os principais instrumentos de libertação do proletariado. Trata-se de um fruto da introdução deletéria da ideologia cientificista da burguesia entre os pensadores e militantes socialistas, que assimilam as “profissões de fé” da razão iluminista:

1) a ciência é o único saber verdadeiro; logo, o melhor dos sabedores; 2) a ciência é capaz de responder a todas as questões teóricas e de resolver todos os problemas práticos, desde que bem formulados, quer dizer, positiva e racionalmente; 3) não somente é legítimo mas sumamente desejável que seja confiado aos cientistas e aos técnicos o cuidado exclusivo de dirigirem todos os negócios humanos e sociais: como somente eles sabem o que é verdadeiro, somente eles podem dizer o que é bom e justo nos planos ético, político, econômico, educacional etc. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 36)

Bakunin identifica que tanto liberais burgueses quanto socialistas doutrinários, ao tomar o grau de instrução formal como critério da capacidade política dos indivíduos e das massas, concluem necessariamente que nenhum povo está em condições de governar a si mesmo. Por isso, as massas precisam ser tuteladas pelos intelectuais burgueses ou socialistas.

É verdade, se a instrução do povo fosse a condição prévia de sua

emancipação, todos os povos, sem exceção, estariam então condenados a uma servidão sem saída e sem fim: permaneceriam na ignorância, em razão de sua servidão, e, nessa servidão, em razão dessa ignorância. (BAKUNIN, 2017b, p. 57)

A crítica bakunista ao doutrinário se direciona principalmente à perspectiva que substitui o protagonismo das forças coletivas do trabalho, em seu processo de emancipação, pela centralidade da atividade educativa formulada e oferecida de fora para dentro, e de cima para baixo, seja pelo Estado ou pela vanguarda instruída.

Para evitar equívocos, é fundamental acrescentar que a crítica bakunista ao estabelecimento da instrução formal e da propaganda intelectual como centro da estratégia de transformação social não implica em negacionismo científico, em recusa à escolarização ou mesmo à propaganda em si. Ao contrário, nosso autor afirma categoricamente a importância da ciência e da instrução para o progresso intelectual e material dos povos e que, dada essa relevância, todo o patrimônio científico e cultural da humanidade deve ser colocado à serviço do bem-estar dos trabalhadores, o que só pode ser efetivamente realizado por meio do revolucionamento das relações de produção.

Mas não nos enganemos e diremos que, tendo em vista a pobreza de nossos meios e a imensidão da resistência do governo, jamais obteremos resultados positivos por meio das escolas. O caminho da libertação do povo por meio da ciência nos é barrado; só nos resta, portanto, um único caminho, aquele da revolução. Que nosso povo comece por se liberar, e quando ele

for livre desejará e saberá aprender tudo. (BAKUNIN, 2017c, p. 88-89)

O que o russo observa é que os povos não precisam de instrução formal ou de conhecimentos eruditos para promover as lutas que os libertarão de suas condições miseráveis de vida e trabalho. O grau de instrução das massas populares não é a medida de sua capacidade política. Impedido, por suas condições de existência, de acessar a instrução livresca, Bakunin afirma que o povo possui dois “livros de cabeceira”, o primeiro é sua experiência prática, sua relação com o mundo do trabalho e com a exploração; o segundo é a tradição, principalmente oral, que transmite às novas gerações o legado do trabalho intelectual coletivo passado, à revelia das instituições formais de ensino.

Após uma longa sequência de erros históricos e seus inseparáveis males, as massas ignorantes pouco a pouco aglomeram-se. Foi necessário que pagassem com suor, sangue, miséria, fome, trabalho servil, sofrimentos e hecatombes todo movimento no qual as arrastava sua minoria de exploradores. Na falta de livros, que elas não teriam sabido ler, foi sobre sua própria pele que a história foi escrita. Tais lições não se esquece. Pagando tal preço por toda nova crença, esperança ou erro, as massas populares chegam, malgrado asneiras históricas, à razão. (BAKUNIN, 2017b, p. 48)

A ação coletiva das forças do trabalho produz ideias e valores que se integram a elas próprias, de forma que, uma vez produzidas, passam a guiar sua ação. Nesta perspectiva, a experiência coletiva história é a pedra angular da construção do conhecimento popular e de sua transmissão. “O resumo prático destas dolorosas experiências constitui uma espécie de ciência tradicional que, sob certos ângulos, vale tanto quanto a

ciência teórica” (BAKUNIN, 2014, p. 299).

Para o anarquista russo, a experiência coletiva histórica e os aprendizados dela extraídos constituem, para o povo, uma força. Entretanto, mesmo que, a partir da prática, o povo consiga atingir um patamar elevado de consciência sobre sua situação de classe, este fator não basta para viabilizar sua libertação. O poder do Estado e do Capital consiste justamente na superioridade da força organizada sobre as forças potenciais, mas dispersas, dos trabalhadores. Por isso, Bakunin adverte que a experiência e a consciência, por si só, são insuficientes e que a primeira condição da vitória do povo é a organização real de suas forças (BAKUNIN, 2017b).

Instruir o povo? Seria inepto. O povo sabe melhor do que nós do que necessita. Devemos, ao contrário, ir à sua escola e compreender os segredos de sua vida e de sua força, segredos, é verdade, muito simples, mas inacessíveis àqueles que vivem na sociedade dita culta. Não devemos instruir o povo, mas o sublevar. Ele não poderia sublevar-se por si mesmo? Subleva-se e jamais cessou de fazê-lo; ora, ele sublevou-se sem sucesso porque estava desunido; e até ao presente, bem amiúde após uma luta sangrenta, ele sempre foi vencido e esmagado. O que podemos, então, proporcionar-lhe? Qual socorro podemos prestar-lhe? Um único, mas de importância extrema: podemos dar-lhe o que lhe faltou até ao presente e cuja falta foi a causa principal de todas as suas derrotas: a unidade de um movimento geral pela união de suas próprias forças até aqui dispersas (BAKUNIN, 2017e, p. 407)

A compreensão bakuninista enfatiza que, antes de tudo, o povo deve conquistar por si mesmo as condições

materiais que tornarão verdadeiramente possível sua plena instrução e desenvolvimento intelectual e moral. Sem reservas, nosso autor declara:

malgrado todo o nosso respeito pela grande questão da instrução integral, declaramos que essa não é absolutamente hoje a questão mais importante para o povo. A primeira questão é aquela de sua emancipação econômica, que engendra necessariamente, logo e ao mesmo tempo, sua emancipação política e, logo a seguir sua emancipação intelectual e moral. (BAKUNIN, 2017f, p. 148).

Para tanto, se faz necessária a deflagração do processo de revolução social, entendido como a destruição integral dos mecanismos de poder político, econômico e social da burguesia através da ação das forças coletivas dos trabalhadores do campo e da cidade. Trata-se de um processo violento, dada a tendência de desenvolvimento da luta de classes ao nível de enfrentamento militar entre as forças da revolução e as da reação. A construção das condições para essa ruptura sistêmica passa pelo necessário acúmulo de forças e desenvolvimento da experiência coletiva de organização e luta.

A disputa das instituições oficiais de ensino e a promoção de alternativas de educação popular se localizam como meios, como tática, para esse acúmulo de forças. Seu objetivo deve ser o de impulsionar e fortalecer os conhecimentos subalternos e as lutas autônomas, estando estrategicamente vinculados aos movimentos de massa de caráter sindicalista revolucionário e aos organismos de autodefesa que serão, efetivamente, as forças capazes de garantir a vitória revolucionária.

Deste modo, o centro da estratégia anarquista é o sindicalismo revolucionário e a promoção da greve geral insurrecional⁵, e não o desenvolvimento da consciência e da capacidade política dos sujeitos e coletividades proletárias por meio da propaganda intelectual e do ensino.

No período pós-revolucionário, a instrução integral e autônoma, generalizada pelo domínio do proletariado sobre o terreno econômico, político e social⁶, certamente responderá a outra ordem de importância na consolidação da revolução frente aos seus inimigos. Antes disso, entretanto, a educação deve ser corretamente situada na estratégia ao socialismo, sob o risco do comprometimento, consciente ou não, desta última.

Considerações sobre a contemporaneidade do debate

Compreender que a dedicação dos anarquistas à problemática da educação teve como principal fruto a elaboração de uma teoria pedagógica, no sentido de indicações sobre como ensinar e como aprender em conformidade com os princípios anarquistas (usualmente identificada como Pedagogia Libertária), é uma redução grosseira desse legado.

O que há de mais profícuo nas teses anarquistas sobre a educação é sua contribuição para o desvendamento das determinações que atravessam a formação humana e a realidade escolar a partir das condições e contradições da estrutura social capitalista e para a definição do papel da educação na estratégia ao socialismo.

⁵ Para melhor compreensão da estratégia bakuninista da greve geral, ver SILVA, 2017.

⁶ Para conhecer um esboço do projeto de organização de sistemas de ensino na sociedade socialista, ver GUILLAUME, 2021.

Recuperar as bases materialistas e dialéticas das teses anarquistas sobre educação, ciência e conhecimento oferece um potente instrumento para a superação das teorias e estratégias privatistas e estatistas que resultam da hegemonia do liberalismo e do marxismo na esfera das políticas educacionais e pedagógicas.

Compreender que a educação não é a principal base de transformação social não significa, em absoluto, negligenciá-la, tampouco negligenciar os contingentes cada vez maiores de trabalhadores inseridos em processos formais e informais de ensino.

Justamente em benefício destes últimos é que se faz necessário compreender que a ciência e a instrução se tornaram estratégicas para a burguesia no contexto de sua ascensão como classe dominante, como elementos para a conservação da contrarrevolução burguesa, mas que esta ordem social se fundamentou, antes de tudo, no estabelecimento de novas relações econômicas, seguidas de novas formas de organização do poder político. Também, é mister compreender que a educação formal segue sendo, ainda hoje, mais importante para a perpetuação da dominação do que para a libertação dos dominados.

Apenas a partir dessas compreensões se faz possível retirar a ciência e o ensino do pedestal romantizado em que a burguesia as colocou e situá-las adequadamente no terreno do mundo trabalho e da luta de classes. Assim, é possível desfazer ilusões que levam a classe trabalhadora e suas organizações a reproduzir ideais burgueses como o cientificismo, o tecnicismo, o individualismo, a meritocracia, o elitismo e o vanguardismo.

É imprescindível que aqueles que produzem e consomem conteúdos sobre anarquismo - seja sob a forma de artigos, dissertações e teses ou sob a forma de *lives* e *podcasts* – dediquem-se a refletir sobre o papel desses estudos e divulgações nas lutas do presente.

Já na década de 60 do século XIX, os anarquistas indicaram que a ciência e a propaganda intelectual só podem ser úteis ao povo através da demonstração das causas gerais de seu sofrimento e das condições essenciais à sua libertação e, principalmente, desfazendo concepções que sabotam a unificação das forças coletivas do trabalho em um movimento geral para a conquista dos meios fundamentais para a reprodução da vida e de tempo livre de trabalho.

Referências

ABRUNHOSA, Rafael David. Fundamentos político-pedagógicos a partir do pensamento de Mikhail Bakunin. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2015. 103 p.

BAKUNIN, Mikhail. O Império Knuto-germânico e a revolução social. In: FERREIRA, Andrey Cordeiro; TONIATTI, Tadeu (org.). De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin. Niterói: Alternativa, 2014. pp.151-247.

BAKUNIN, Mikhail. Os adormecedores. In: COÊLHO, Plínio Augusto (org.). Bakunin: Obras seletas 2. São Paulo: Intermezzo, 2017a. pp.15-30.

BAKUNIN, Mikhail. A ciência e a questão vital da revolução. In: COÊLHO, Plínio Augusto (org.). Bakunin: Obras seletas 2. São Paulo: Intermezzo, 2017b. pp. 31-71.

BAKUNIN, Mikhail. Como apresentar as questões revolucionárias. A ciência e o povo. In: COÊLHO, Plínio Augusto (org.). Bakunin: Obras seletas 2. São Paulo: Intermezzo, 2017c. pp.73-90.

BAKUNIN, Mikhail. Federalismo, Socialismo e Antiteologismo. In: COELHO, Plínio Augusto (org.). Bakunin: Obras seletas 2. São Paulo: Intermezzo, 2017d. pp. 237-339.

BAKUNIN, Mikhail. Como se apresenta a questão revolucionária. In: COELHO, Plínio Augusto (org.). Bakunin: Obras seletas 2. São Paulo: Intermezzo, 2017e. pp. 405-410.

BAKUNIN, Mikhail. A instrução integral. In: COELHO, Plínio Augusto (org.). Bakunin: Obras seletas 2. São Paulo: Intermezzo, 2017f. pp. 131-149.

BERTHIER, René. Bakounine, colonialisme et impérialisme. 2017. Disponível em: <http://monde-nouveau.net/spip.php?article642>.

DA SILVA, Selmo Nascimento. Greves e lutas insurgentes: a história da AIT e as origens do sindicalismo revolucionário. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de

Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. 2017.

FEDERAÇÃO ANARQUISTA URUGUAIA. *Huerta Grande – A importância da teoria*. São Paulo: Faisca, 2009.

GUILLAUME, James. Ideias sobre organização social. In: GUILLAUME, James; SCHWITZGUÉBEL, Adhémar. Nós por nós: resistir e construir um mundo novo. Lapião: Brasília, 2020.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de Filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MARTUCCELLI, Danilo. Reflexões sobre a violência na condição moderna. Tempo social. 11. 1. pp. 157-175. mai. 1999.

Recebido em 2021-11-18

Publicado em 2022-05-01